

Desempenho Recente e Perspectivas da Economia do Rio Grande do Norte no Século XXI

Joacir Rufino de Aquino¹

Emanoel Márcio Nunes²

Resumo

O objetivo deste artigo foi fazer um breve balanço da economia do Rio Grande do Norte de meados do século XX até o período recente (outubro/2019), procurando comparar o seu desempenho com a média do Brasil e da Região Nordeste. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura e a análise de um amplo painel de dados estatísticos. Em linhas gerais, o trabalho mostra que os setores produtivos potiguares avançaram significativamente do final dos anos 2000 até meados da segunda década do século XXI, com destaque para a indústria e os serviços. O desempenho apresentado fez com que o estado superasse as taxas de crescimento brasileiras e regionais em muitos anos da série histórica estudada. Apesar disso, desde 2015, a economia norte-rio-grandense atravessa uma fase de retração e reduz sua participação no PIB nordestino, em paralelo com o aumento do desemprego e das desigualdades sociais. Tal situação é agravada por uma crise fiscal e financeira, que anula a capacidade investimento do governo estadual, tornando a recuperação do quadro de baixo dinamismo identificado dependente do comportamento da economia nacional nos próximos anos.

Palavras-Chave

Crescimento; Desenvolvimento Econômico; Desigualdades Intraestaduais; Rio Grande do Norte.

1 Introdução

O Nordeste brasileiro vivenciou mudanças socioeconômicas significativas no começo do século XXI. O bom dinamismo econômico nordestino a partir dos anos 2000 foi impulsionado pela elevação da renda das famílias, pelo avanço dos programas sociais, do crédito, do emprego formal e pela atração de um importante bloco de investimentos produtivos e de infraestrutura básica. Como resultado da combinação desses fatores, decorrentes da ação desenvolvimentista do Estado nacional, a Região cresceu até recentemente acima da média do Brasil e registrou quedas substanciais nos índices de pobreza urbana e rural (ARAÚJO, 2014; CARVALHO, 2014; JANNUZZI *et al.*, 2016).

A situação econômica atual, contudo, impacta na trajetória de crescimento do País e, por tabela, desacelera também a expansão dos setores produtivos constituintes do Produto Interno Bruto (PIB) nordestino, que sofre forte desaceleração a partir de 2014 e contabiliza taxas negativas em 2015/16, sinalizando riscos de retrocessos no curto e médio prazos. Conforme observa Araújo (2017), o arrefecimento do modelo de crescimento inclusivo promovido pelas políticas estatais de fortalecimento da demanda interna e o ajuste fiscal levado adiante pelo governo federal ameaçam as conquistas sociais alcançadas em um contexto de grave recessão que atinge todos os entes federados.

É importante lembrar que as mudanças econômicas ocorridas no território nordestino assumiram feições variadas em cada estado. Isso acontece devido à heterogeneidade revelada quando se observa a *performance* individualizada de cada unidade federativa em relação à dinâmica produtiva do País e da Região. Tal heterogeneidade se manifesta também do ponto de vista conjuntural e não apenas em termos estruturais. Os efeitos da atual crise econômica, por exemplo, e os caminhos para tentar sair dela, apresentam contornos

1 Economista. Mestre em Economia Rural e Regional (UFCEG). Professor Adjunto IV do Curso de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN/Campus de Assú). E-mail: joaciraquino@yahoo.com.br.

2 Economista. Doutor em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Professor Adjunto IV da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPE/UERN). E-mail: emanoelnunes@uem.br.

específicos entre os estados do Nordeste. Essas particularidades, porém, geralmente são negligenciadas carecendo de um maior aprofundamento a fim de captar a diversidade da realidade econômica regional.

Nesse contexto, visando contribuir com os debates sobre o tema, o objetivo do presente artigo é realizar um breve balanço da evolução da economia do Rio Grande do Norte do final do século passado ao período recente (2000-2019), buscando comparar o seu desempenho produtivo com a média dos indicadores brasileiros e nordestinos. Além disso, pretende-se elencar alguns dos principais limites do padrão de crescimento da economia potiguar, bem como os desafios que estão postos para o enfrentamento da crise fiscal e da desaceleração econômica vigente no estado.

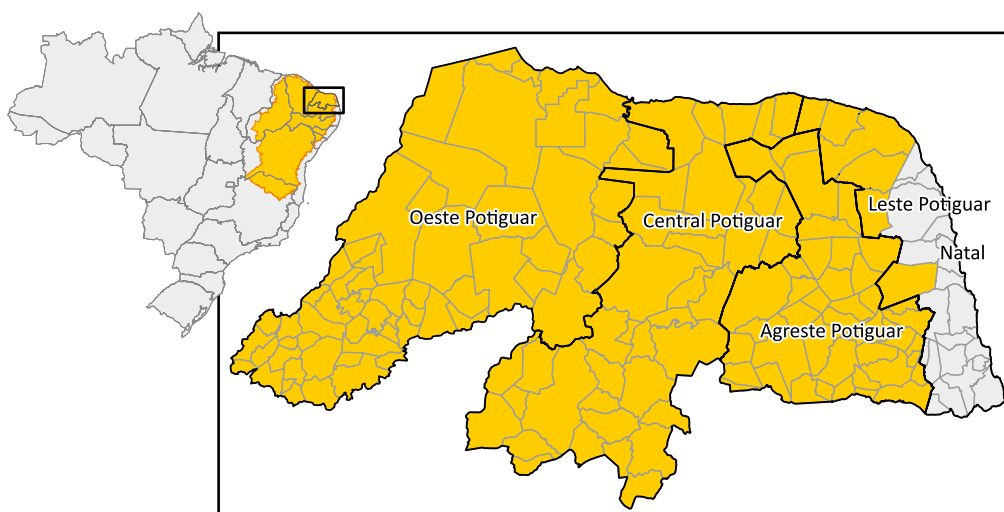
Para a concretização dos objetivos propostos, foi realizada uma rápida revisão da literatura acadêmica e de matérias jornalísticas publicadas pela imprensa local, que serviram de base para a análise de um amplo conjunto de dados territoriais e macroeconômicos coletados junto a órgãos oficiais, tais como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE-BNB), entre outros.

A estrutura do texto está organizada em mais quatro seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. Na segunda seção, são apresentados alguns aspectos gerais do território potiguar, destacando as transformações produtivas e o desempenho da economia estadual a partir dos anos 1970 até 2000. A terceira seção analisa a evolução do PIB norte-rio-grandense nas duas primeiras décadas dos anos 2000. A quarta seção, por sua vez, discute as desigualdades internas e o caráter concentrador do estilo de crescimento estadual. Já a quinta seção enfoca o momento atual de dificuldades enfrentado pela economia potiguar e suas perspectivas para os próximos anos.

2 Aspectos Gerais, Mudanças Produtivas e Crescimento da Economia do Rio Grande do Norte no Século XX

O Rio Grande do Norte (RN) ocupa uma área de 52.810 km², a qual é dividida em quatro mesorregiões (Oeste Potiguar, Central Potiguar, Agreste Potiguar e Leste Potiguar), 19 microrregiões e em 167 municípios. Limita-se ao norte e ao leste com o Oceano Atlântico, ao sul com a Paraíba e a oeste com o Ceará. Entre os nove estados da Região Nordeste, além de ser o terceiro menor em extensão, se destaca por uma expressiva parcela do território inserida nos limites do Semiárido brasileiro (93%), apresentando uma rica base de recursos naturais e uma marcante diversidade social interna (Figura 1).

Figura 1 – Localização geográfica e área de abrangência do Semiárido no Rio Grande do Norte, 2017



Fonte: Malha cartográfica do IBGE (2015) e Brasil (2018).

Nota: Mapa adaptado, a pedido dos autores, pela geógrafa R. S. França.

Situado na “esquina” do mapa do Brasil, com mais de 400 km de litoral, o RN ocupa uma posição geográfica privilegiada, sendo a unidade da federação mais próxima da Europa e da África. Segundo estimativas oficiais, possui 3.506.853 habitantes em 2019, o que representa 1,7% da população brasileira e 6,1% da nordestina (IBGE/SIDRA, 2019). A maioria desse contingente populacional (55%) vive em pequenos e médios municípios localizados na área de abrangência do Semiárido, enquanto o restante se aglomera na parte leste em torno da capital potiguar, Natal.

A formação do espaço econômico norte-rio-grandense ocorreu a partir do século XVI com a implantação pelos colonizadores europeus da agropecuária e outras atividades extrativas, com o objetivo principal de atender a demanda de mercados fora do estado. Com o passar dos anos, excluída dos circuitos nacionais de valorização do capital industrial, a economia estadual caminhou a passos lentos, de uma forma menos dinâmica do que a dos estados vizinhos. Em vista disso, até meados da década de 1960, sua estrutura produtiva ainda apresentava o perfil de uma típica economia agroexportadora (ANDRADE, 1981; FELIPE; ROCHA; CARVALHO, 2009).

Nesse período, na parte leste do estado, prevalecia a atividade canavieira implantada desde o início da ocupação portuguesa. Em toda a extensão do Semiárido, por outro lado, predominava a pecuária que dividia os campos com as lavouras de alimentos básicos (milho, feijão e mandioca) e o algodão, na época, o principal produto da agricultura estadual. Essas atividades se desenvolviam em uma estrutura fundiária altamente concentrada, pautada na grande propriedade, enquanto a vida das cidades em formação girava em torno da agroindústria de processamento do algodão no interior sertanejo e dos engenhos de açúcar na costa oriental. Apenas em alguns lugares específicos havia exceções, a exemplo da pesca e da produção de sal marinho no litoral norte, do extrativismo da carnaúba nos vales do Açu e Apodi e da extração mineral nos municípios do Seridó.

Analisando essas características gerais, Andrade (1981) avalia que o RN era relativamente mais subdesenvolvido do que os outros estados da Região Nordeste. No entanto, uma reviravolta vai acontecer a partir dos anos 1970/1980, quando ele vivencia mudanças produtivas e demográficas profundas facilitadas, entre outras coisas, pela expansão das redes de energia elétrica, da telefonia e das rodovias estaduais e federais (CLEMENTINO, 1995; GOMES, 2018). Assim, no curto espaço de três décadas (1970-2000), registra-se uma alteração substancial no quadro apresentado até então, com as atividades agropecuárias reduzindo sua importância relativa, enquanto a indústria e, especialmente, os setores de comércio e serviços, passam a liderar a produção de riqueza no estado.

O salto da indústria potiguar ocorre a partir do final dos anos 1970 estimulado pelo incremento da exploração de petróleo e gás natural via PETROBRAS, passando a se constituir na “espinha dorsal” da geração de riqueza e dinamismo da economia estadual. Tal atividade extrativa vai se consolidar na mesorregião Oeste, dando ao RN a liderança na produção nacional de petróleo em terra e o segundo lugar na produção no mar, provocando grandes transformações produtivas e gerando receitas suplementares com o pagamento de *royalties* para o governo estadual, prefeituras e proprietários de terra. Paralelo a isso, verifica-se a modernização da indústria salineira, outro setor que o estado lidera em nível nacional. A indústria têxtil e de transformação em geral, por seu turno, amplia seu escopo com o reforço dos subsídios da SUDENE e, posteriormente, com a ajuda dos incentivos fiscais do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI), que foi criado em 1985 e passou a atuar efetivamente a partir de 1997 (AZEVEDO, 2013; MACEDO; ARAÚJO, 2009; RODRIGUES NETO, 2010).

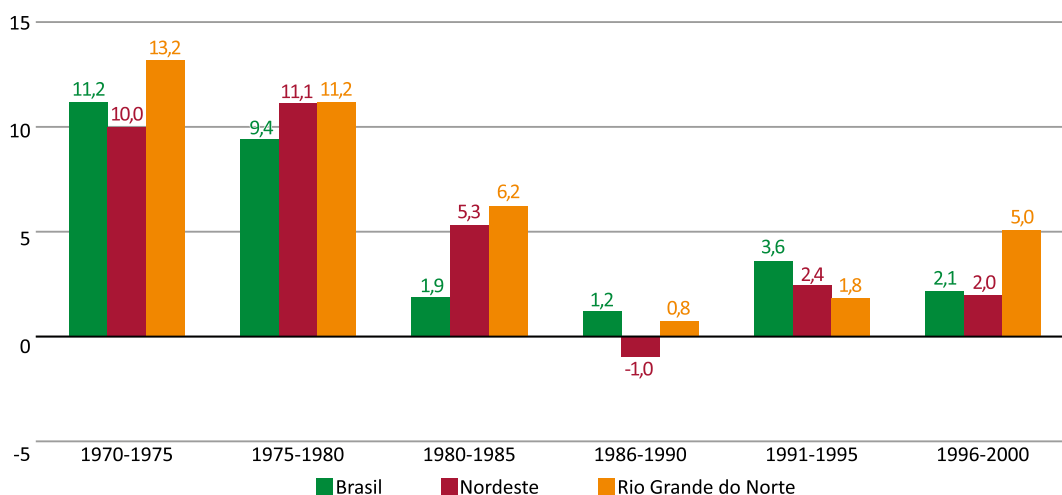
É também nos anos 1990 que a agropecuária estadual expande, mesmo tardiamente, a modernização de sua base técnica após a falência do ciclo do algodão, tendo como destaque a produção irrigada de frutas tropicais para exportação no polo Açu-Mossoró (ALVES; AQUINO; SILVA FILHO, 2018; NUNES, 2009; VALÊNCIO, 1995). Tal processo foi potenciado graças aos incentivos do Estado brasileiro, que além dos instrumentos clássicos de política agrícola (crédito, assistência técnica etc.), preparou o terreno para a valorização do capital, construindo grandes obras de infraestrutura hídrica, como os perímetros de irrigação e a gigantesca Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, o maior reservatório do RN, com capacidade de armazenamento de 2,4 bilhões de m³ de água.

Já o setor terciário ganha relevância impulsionado pelo crescimento da urbanização e das atividades industriais concentradas na Grande Natal e em outras cidades de porte médio, como Mossoró. Nesse segmento, além do comércio varejista e no atacado, merece destaque o papel desempenhado pela

expansão dos serviços de saúde e educação em todos os níveis. A maior oferta desses e de outros serviços amplia o número de empregos públicos e, com isso, gera uma massa de salários que vai contribuir para dinamizar as economias locais. Ademais, as atividades turísticas passam a exercer grande peso em alguns municípios potiguares, principalmente naqueles localizados no litoral leste (ARAÚJO, 2010; FELIPE; ROCHA; CARVALHO, 2009; GOMES, 2018).

Esse amplo conjunto de transformações, apenas sumarizado aqui, repercute positivamente na capacidade de geração de riqueza no território norte-rio-grandense. Como mostra o Gráfico 1, de 1970 a 2000, com exceção do início dos anos 1990, a taxa real de crescimento do PIB do estado foi superior à média do País e do Nordeste. Olhando os números de modo detalhado, merece destaque a *performance* obtida na década de 1970, que variou acima de 10%. Nos anos 1980, a trajetória da economia estadual manteve seu ritmo de expansão, motivada pelo avanço da indústria do petróleo, perdendo velocidade no começo da última década do século passado, mas logo voltando a crescer 5,0% no final da série estatística analisada.

Gráfico 1 – Taxa real de crescimento do PIB do Brasil, do Nordeste e do Rio Grande do Norte, 1970 a 2000 (Em %)



Fonte: IBGE (2018).

Nota: Dados extraídos do trabalho de Rodrigues Neto (2010, p. 254) e reorganizados pelos autores.

O Rio Grande do Norte termina o século XX, portanto, crescendo bem acima das médias brasileira e nordestina depois de passar por profundas transformações em um curto espaço de tempo. De uma economia primário-exportadora, dependente da agropecuária, o estado diversifica sua base produtiva e assume um perfil urbano-industrial. Assim, ao lado das atividades tradicionais reestruturadas, verifica-se a consolidação de uma base produtiva inteiramente nova, assentada na indústria do petróleo, na fruticultura irrigada de exportação e no setor terciário. Essas atividades, baseadas na exploração de recursos naturais, vão alavancar o crescimento do PIB potiguar no período, que alcança a 19ª posição no Brasil e a 6ª posição na Região Nordeste.

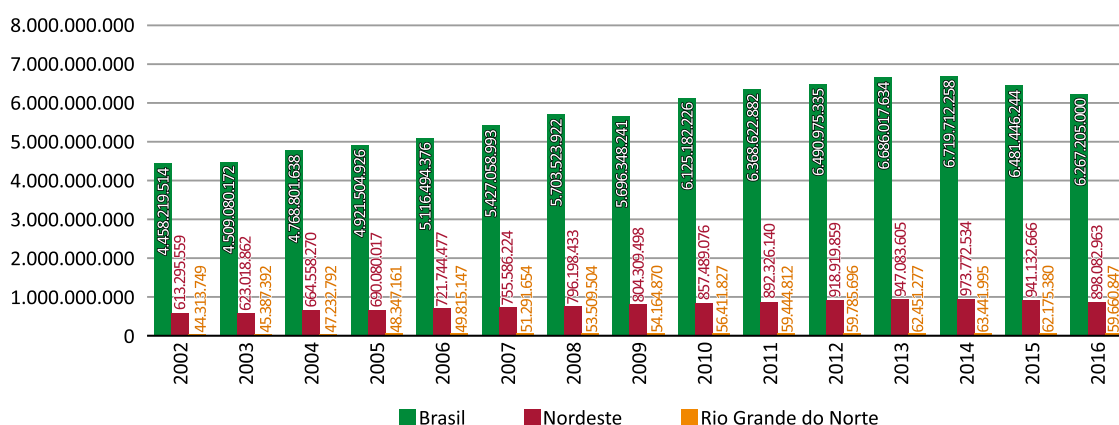
Um aspecto negativo desse processo foi o aprofundamento das desigualdades intra-estaduais, com a riqueza se concentrando no entorno da Região Metropolitana de Natal e nos municípios que sediam as atividades dinâmicas integradas ao mundo globalizado. Outra questão desafiadora era a persistência de um alto nível de pobreza. Isso porque, em 2000, 44,9% da população norte-rio-grandense ainda era pobre, ou seja, tinha renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 (PNUD; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2017). Para fazer frente a esses desafios, no começo do século XXI, o governo potiguar busca atrair novos investimentos públicos/privados para ampliar a trajetória ascendente do PIB estadual. Mas, como será mostrado na sequência, a despeito dos bons resultados obtidos, o estado não consegue manter o mesmo ritmo de crescimento colando a sua dinâmica ao comportamento da economia nacional e nordestina.

3 Desempenho da Economia Norte-Rio-Grandense no Limiar do Século XXI (2002-2016)

No alvorecer do século XXI, a economia do RN continua sua caminhada evolutiva se beneficiando dos condicionantes que levaram ao bom dinamismo da Região Nordeste mencionados na seção introdutória deste artigo. De particular importância serão a nova geração de políticas sociais de combate à pobreza e os investimentos públicos federais e privados em infraestrutura, uma vez que o estado foi contemplado com as obras da Copa do Mundo de 2014 e se tornou também um dos principais espaços de valorização dos capitais aplicados em parques eólicos no território nordestino. Tais elementos, combinados com as atividades pré-existentes, vão impactar no desempenho do PIB e compensar em parte o declínio de outras fontes estratégicas de riqueza norte-rio-grandenses até perderem força.

Conforme evidencia o Gráfico 2, em todos os anos de 2002 a 2014, a economia potiguar cresceu em termos absolutos, embora seu tamanho seja quase invisível no contexto nacional. Com isso, o PIB local, que era de R\$ 44,3 bilhões, em 2002, saltou para R\$ 63,4 bilhões, em 2014, o que representou um aumento acumulado de 43,7%. Porém, depois dessa fase expansiva, nota-se o arrefecimento da trajetória ascendente da economia estadual, que entra em recessão a partir de 2015. O momento de dificuldades da economia norte-rio-grandense se agrava em 2016, quando o seu PIB de R\$ 59,7 bilhões foi inferior ao registrado em 2014, decaindo para um patamar próximo do verificado no início da presente década. Apesar disso, o estado encerra a série estatística analisada como a 18ª maior economia do País e a 5ª do Nordeste.

Gráfico 2 – Evolução do PIB do Brasil, do Nordeste e do Rio Grande do Norte, 2002 a 2016 (Em Mil Reais)



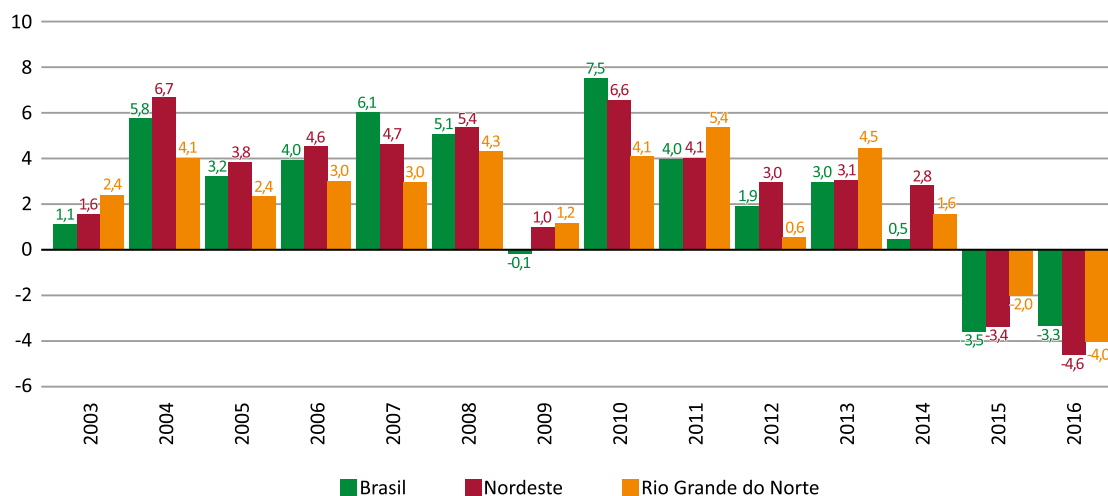
Fonte: IBGE (2018).

Nota: Dados elaborados pelo BNB/ETENE e corrigidos pelo IPCA com base em 2016.

Com efeito, o desempenho da economia do RN nas duas primeiras décadas dos anos 2000 pode ser melhor compreendido quando se analisa a sua situação em termos de taxa de crescimento do PIB. Nesse sentido, o Gráfico 3, a seguir, destaca que as taxas de variação da produção de riqueza no estado oscilaram bastante entre 2002 e 2014, mas sempre foram positivas variando de 1,0% a pouco mais de 5,0%. No entanto, em 2015 e 2016, seguindo a tendência nacional e regional, o quadro se inverte e a economia norte-rio-grandense passa a apresentar taxas de crescimento do PIB negativas, de -2,0% e -4,0%, respectivamente.

É possível perceber, assim, que o dinamismo da economia potiguar se tornou fortemente atrelado ao comportamento da economia brasileira. Outro aspecto que chama a atenção no gráfico em tela é a mudança do ritmo de seu crescimento. Como foi visto anteriormente, nos últimos 30 anos do século passado, a economia potiguar cresceu acima da média do Brasil e do Nordeste. Nas primeiras duas décadas do século XXI, contudo, essa vantagem parece ter sido perdida, haja vista que o RN tem registrado taxas reais de expansão do PIB menores do que o País e o conjunto dos estados nordestinos, com raras exceções nos anos de 2003, 2009, 2011 e 2013.

Gráfico 3 – Taxa real de crescimento do PIB do Brasil, do Nordeste e do Rio Grande do Norte, 2003 a 2016 (Em %)

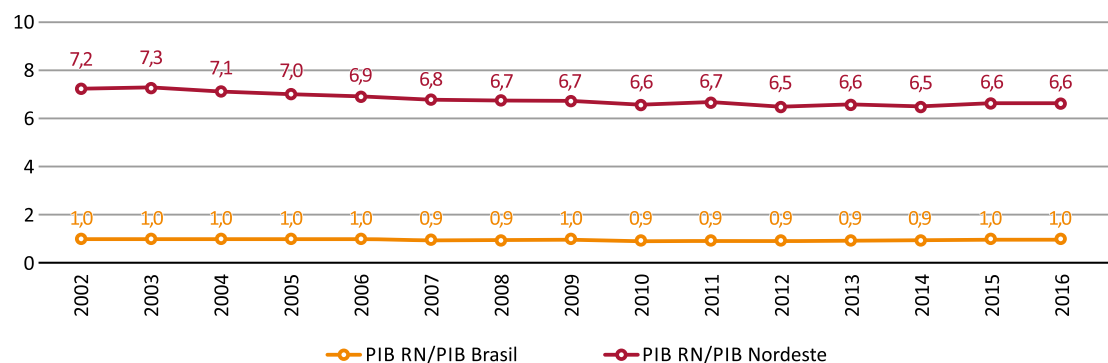


Fonte: IBGE (2018).

Nota: Dados elaborados pelo BNB/ETENE e corrigidos pelo IPCA com base em 2016.

A despeito das menores taxas de crescimento do PIB norte-rio-grandense, comparativamente ao final do século passado, o estado tem mantido de maneira constante sua participação em torno de 1,0% no total da economia nacional. Mesmo assim, observa-se uma queda do seu peso no conjunto da riqueza gerada na Região Nordeste. De acordo com os dados deflacionados do IBGE (2018) elaborados pela equipe do BNB/ETENE, em 2002 ele respondia por 7,2% do PIB nordestino. No decorrer dos últimos 15 anos, todavia, ocorre uma deterioração gradativa desse indicador. Em função disso, em 2016, sua participação relativa na economia regional havia declinado ligeiramente para 6,6% (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Evolução da participação do PIB do Rio Grande do Norte no PIB do Brasil e do Nordeste, 2002 a 2016 (Em %)



Fonte: IBGE (2018).

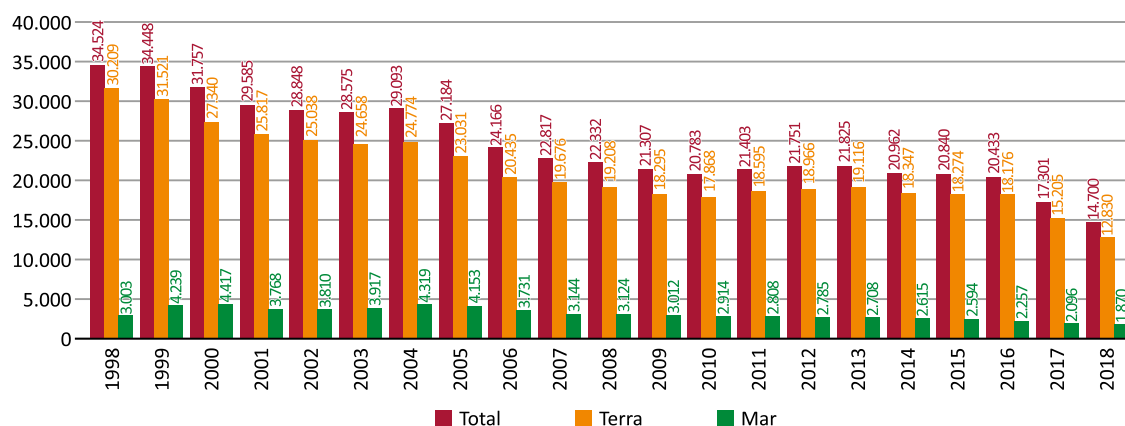
Nota: Dados elaborados pelo BNB/ETENE e corrigidos pelo IPCA com base em 2016.

Segundo Freire (2011; 2013), o menor dinamismo relativo da economia do RN e sua perda de participação no contexto regional pode ser atribuído a dois fatores. O primeiro deles está associado à exclusão do estado, no período analisado, de importantes projetos estruturantes e produtivos (portos, ferrovias, indústria automobilística, produção de grãos etc.) instalados nos demais estados nordestinos, especialmente na Bahia, em Pernambuco e no Ceará. O segundo fator, por sua vez, se refere às condições desfavoráveis do ambiente de negócios vigente no território potiguar e à desaceleração da sua produção de petróleo, uma vez que essa atividade tem um grande peso na economia norte-rio-grandense, proporcionalmente maior do que em qualquer outro estado nordestino.

De fato, o declínio da produção de petróleo no RN nos últimos 20 anos é realmente impactante. Embora o estado mantenha a liderança nacional da extração de óleo bruto em campos terrestres, a sua produção

total (terra e mar) caiu aproximadamente 60% entre 1998 e 2018, passando de 34,5 milhões para 14,7 milhões de barris por ano (Gráfico 5). Logo, a espinha dorsal da indústria potiguar parece ter sofrido uma grave fratura. O fato inquietante é que o problema apresentado não reflete apenas episódios passageiros, ou o esgotamento das “reservas provadas” de petróleo, e sim uma crise estrutural materializada na queda acentuada dos investimentos da PETROBRAS na perfuração de novos poços e na privatização recente das suas atividades na unidade federativa em foco (TRIBUNA DO NORTE, 2019a; 2019b).

Gráfico 5 – Evolução da produção de petróleo total e por localização (terra e mar) no Rio Grande do Norte, 1998 a 2018 (Em mil barris)

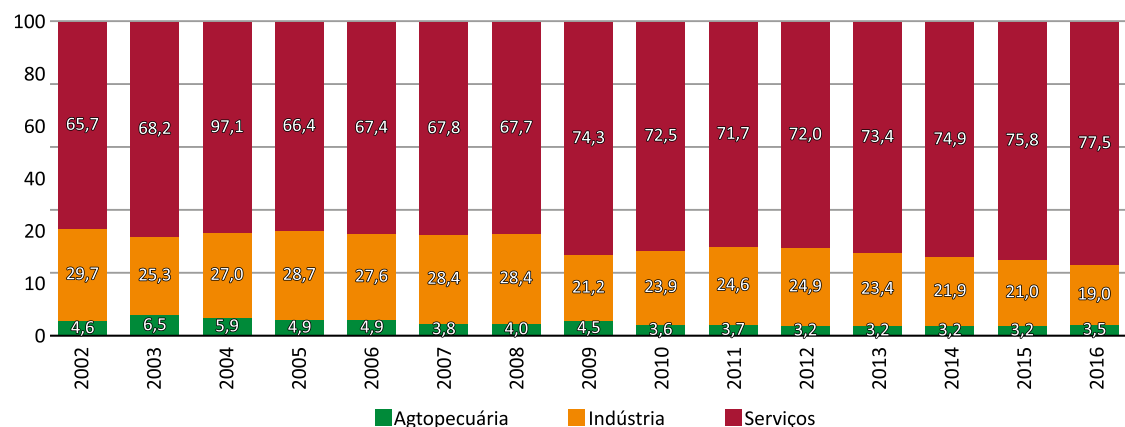


Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2007; 2011; 2019).

Quanto à evolução dos diferentes setores que formam o PIB potiguar, o Gráfico 6 mostra que as mudanças iniciadas no século passado se consolidaram, dada a diversificação da base produtiva estadual. Porém, no período de 2002 a 2016, o grosso da economia estadual estava concentrado no setor de comércio e serviços, que gera a maior parte da riqueza e dos empregos. Esse setor, que inclui os diferentes ramos do turismo, inclusive, aumenta sua participação relativa, de 65,8% do Valor Adicionado Bruto (VAB) total, em 2002, para 77,5%, em 2016.

Afora as atividades terciárias, a indústria começa o período gerando próximo de 30% da riqueza estadual, mas declina para 19,0% no final do intervalo de tempo estudado, arrastada pela queda da produção de petróleo no estado e pelo esgotamento do *boom* da construção civil. Tal fato sinaliza um grave processo de “desindustrialização” em andamento, com consequências danosas para o futuro da economia potiguar. Já a agricultura mantém uma baixa representatividade no VAB total, oscilando em um patamar sempre inferior a 4,0%, particularmente desde 2012 quando o território norte-rio-grandense foi atingido por uma das mais graves secas de sua história (SOUZA; AQUINO, 2018).

Gráfico 6 – Participação do Valor Adicionado Bruto da agropecuária, indústria e serviços no VAB total do Rio Grande do Norte, 2002 a 2016 (Em %)



Fonte: IBGE (2018).

Note-se que os números apresentados não refletem uma crise geral da agricultura no espaço geográfico pesquisado, mas a reestruturação produtiva do setor. Nesse processo, que se acentua a partir da segunda metade dos anos 2000, a cana-de-açúcar e as “lavouras modernas” baseadas no trabalho assalariado, tendo como carro-chefe o melão, ampliam a sua participação no VAB total da agropecuária e mantêm elevado peso na frágil pauta exportadora estadual, limitada às frutas, ao sal marinho e outras mercadorias de baixo valor agregado (Tabela 1). Enquanto isso, as “lavouras alimentares” de milho, feijão e mandioca desenvolvidas em pequenas propriedades familiares perdem espaço, transformando o estado em um importador líquido desses produtos e acentuando o dualismo tecnológico no campo (AQUINO; FREIRE, 2015; AQUINO; FREIRE; CARVALHO, 2017; NUNES, 2009).

Tabela 1 – Principais produtos exportados pelo Rio Grande do Norte em 2018 (Em US\$ milhões FOB)

Principais Produtos Exportados	Valor	%
Melões frescos	70,9	25,7
Castanha-de-caju, fresca ou seca, sem casca	20,9	7,6
Sal marinho, a granel, sem agregados	16,7	6,1
Outros produtos de origem animal, impróprios para alimentação humana	15,6	5,7
Melancias frescas	15,1	5,5
Tecidos de algodão (NCM 2092200)	12,9	4,7
Mamões (papias) frescos	12,8	4,6
Fuel oil	9,7	3,5
Albacoras-bandolim (patudos) frescos, refrigerados	6,8	2,5
Tecidos de algodão (NCM 2093200)	6,5	2,4
Demais Produtos	87,5	31,8
TOTAL	275,4	100,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE (2019a, p. 20), com dados do Ministério da Economia.

Em síntese, os dados macroeconômicos disponíveis mostram que a economia do RN manteve sua trajetória de crescimento nas duas primeiras décadas do século XXI. No entanto, em contraste com a realidade vivenciada no período passado (1970-2000), ela cresce menos do que a média do País e do Nordeste e entra em recessão a partir de 2015, quando os fatores dinamizadores do mercado interno ligados às políticas desenvolvimentistas do governo federal perderam força. Ademais, a desaceleração do ritmo de produção de riqueza no estado é explicada por sua marginalização gradativa no contexto regional e, sobretudo, por fatores internos associados ao declínio das operações da indústria do petróleo, comparativamente à sua pujança nos anos 1990.

Apesar dos efeitos negativos da situação retratada, é válido lembrar que o padrão de crescimento potiguar apresentou um forte caráter inclusivo na maior parte do período analisado, impulsionado pelas políticas do governo federal. Assim, observa-se uma melhoria progressiva dos indicadores sociais estaduais do ano 2000 até o início da crise recente, com o número de pobres caindo substancialmente para 23,8% do total da população, já em 2010 (PNUD; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2017). Todavia, persistiram outros graves problemas que vêm de longa data. Um desses problemas, segundo Aquino (2016), é a desigualdade econômica entre os municípios norte-rio-grandenses, fato que tem recebido pouca atenção da classe política local na sua busca incessante por mais aumento do PIB.

4 A Gritante Desigualdade Entre os Municípios Potiguares em Época de Crise Econômica

O fraco desempenho da economia da unidade federativa estudada, comparativamente ao conjunto da Região Nordeste nos últimos anos, tem causado preocupação em vários setores da sociedade. O ex-governador do estado entre 2015-2018, quando ainda não ocupava seu cargo no poder executivo, externou inquietação sobre o assunto em um artigo publicado na imprensa local, com o sugestivo título:

“PIB no RN é Produto Interno Baixo” (FARIA, 2013, p. 2). Em sua opinião, a letargia da administração estadual da época não favorecia a modernização produtiva e eram necessários investimentos de peso para acelerar o ritmo de crescimento da produção de riqueza.

A defesa pelo avanço do PIB potiguar, sem dúvida, é uma bandeira política importante e continua bastante atual. Isso porque, apesar de suas múltiplas potencialidades, a economia norte-rio-grandense não consegue deslanchar além da sua participação pífia de 1,0% na média do País e precisa crescer para sair da recessão que se encontra desde 2015. Deve-se deixar claro, porém, que esse não é o único e principal desafio a ser enfrentado no presente por uma política governamental de longo prazo. Como foi mencionado no final da seção anterior, outro grande problema está associado à concentração produtiva e às gritantes desigualdades econômicas entre os 167 municípios potiguares.

O Índice de Gini (IG), indicador utilizado para medir o grau de distribuição da riqueza, evidencia que em 2016 o RN era o estado mais desigual do Nordeste brasileiro em matéria de repartição da produção de bens e serviços entre as diferentes unidades territoriais. Em nível nacional, ele ocupava a quinta posição, com um IG de 0,80 (IBGE, 2018). Tudo isso porque o seu PIB apresentava-se extremamente concentrado espacialmente em um número restrito de localidades específicas, como mostra a Tabela 2.

De fato, os dados estatísticos publicados pelo IBGE dão conta que somente 10 municípios potiguares – Natal, Mossoró, Parnamirim, Guamaré, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Caicó, João Câmara, Ceará-Mirim e Assú - concentravam 68,3% da economia estadual. Os demais 157 municípios que formam o território potiguar, 94,0% do total, respondiam por apenas 31,7% da riqueza gerada.

Tabela 2 – Participação dos 10 maiores PIBs municipais na economia do Rio Grande do Norte, 2016 (Em Mil Reais)

MUNICÍPIO/UF	PIB (Mil Reais)	%
Natal	21.845.481	36,6
Mossoró	5.755.477	9,6
Parnamirim	5.022.492	8,4
Guamaré	1.876.595	3,1
São Gonçalo do Amarante	1.342.235	2,2
Macaíba	1.338.543	2,2
Caicó	1.061.765	1,8
João Câmara	946.709	1,6
Ceará-Mirim	786.395	1,3
Assú	783.644	1,3
Demais (157 municípios)	18.901.512	31,7
RIO GRANDE DO NORTE	59.660.848	100,0

Fonte: IBGE (2018).

Compete observar que entre os municípios listados na Tabela 2, apenas seis detêm 62,1% da economia norte-rio-grandense. No topo, destaca-se Natal, que concentra sozinho 36,6% do PIB estadual. Na sequência, aparecem Mossoró (9,6%), Parnamirim (8,4%), Guamaré (3,1%), São Gonçalo do Amarante (2,2%) e Macaíba (2,2%). Em relação à atividade industrial, setor incentivado pelo PROADI especialmente nos ramos de transformação, o problema assume dimensões mais acentuadas. Ainda segundo o IBGE (2018), no ano de 2016, algo em torno de 70% do valor adicionado pela indústria estava concentrado em sete municípios: Natal, Guamaré, Mossoró, Parnamirim, João Câmara, Macaíba e Parazinho.

Os indicadores das contas regionais revelam, então, que o núcleo duro da economia do RN está situado no entorno da capital do estado e em algumas poucas localidades que sediam atividades ligadas à produção de petróleo, à fruticultura irrigada e à energia eólica. À exceção de um leque reduzido de cidades-polos regionais, que se somam ao chamado “núcleo duro”, o restante dos pequenos municípios do interior define anualmente e/ou está à beira da falência (GOMES, 2019). Na verdade, muitos deles ainda não quebraram completamente por conta dos efeitos multiplicadores das rendas das políticas

sociais, originárias do pagamento das aposentadorias, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família. Juntas, essas políticas federais injetaram R\$ 8,2 bilhões na economia norte-rio-grandense em 2018 (Tabela 3).

Tabela 3 – Valor dos benefícios pagos pela Previdência Social, Benefício de Prestação Continuada e Programa Bolsa Família no Rio Grande do Norte, 2018

Tipo de Política Social	Valor Anual (R\$ 1,00)	%	Valor Mensal (R\$ 1,00)
Previdência Social Urbana (beneficiários)	3.517.125.248	43,0	293.093.771
Previdência Social Rural (beneficiários)	2.946.589.770	36,0	245.549.148
Benefício de Prestação Continuada (beneficiários)	954.484.331	11,7	79.540.361
Bolsa Família (famílias beneficiárias)	759.785.887	9,3	63.315.491
Total	8.177.985.236	100,0	681.498.770

Fonte: CONTAG/DIEESE (2019) e Brasil (2019a).

Com efeito, um balanço retrospectivo sinaliza que o quadro retratado é resultado da ausência de investimentos estruturantes em diversas áreas da vida social nos municípios encravados no semiárido potiguar. É bem verdade que a grande seca iniciada em 2012, e que se estendeu até 2017, praticamente destroçou a agropecuária de sequeiro e abalou fortemente os principais segmentos produtivos que dão sustentação às mesorregiões Oeste e Central (SOUZA; AQUINO, 2018). No entanto, não é correto atribuir a culpa pelas anomalias do estilo de desenvolvimento estadual a esse fenômeno climático ou a outro fator conjuntural, uma vez que suas causas centrais estão nas contradições da intervenção estatal.

Uma rápida incursão na literatura acadêmica sobre o tema, aponta, realmente, que boa parte dos desequilíbrios intraestaduais citados aqui deve-se à ação consciente ou não dos sucessivos governos potiguares, os quais têm concentrado seus investimentos na Região Metropolitana de Natal e nas localidades mais dinâmicas do território, marginalizando a maioria dos municípios de pequeno porte. Isso significa que as políticas estatais, ao invés de funcionar como instrumentos para reduzir a desigualdade produtiva provocada pelas forças do mercado, têm contribuído em muitos casos para agravá-la, atuando a partir de uma lógica concentradora perversa resistente à mudança e extremamente prejudicial ao desenvolvimento equilibrado do território (ARAÚJO, 2010; CLEMENTINO, 1995; FELIPE, 2002; GOMES, 2018; MACEDO; ARAÚJO, 2009).

Logo, parece não restar dúvida de que o RN precisa continuar aumentando o PIB, mas é fundamental superar o viés concentrador que tem guiado a intervenção governamental visando distribuir melhor as atividades produtivas no seu espaço geográfico. O discurso relativo ao crescimento da riqueza, por si só, é incompleto. Diante da gravidade do quadro apresentado no momento, o foco prioritário das políticas públicas deve ser o combate às suas gritantes desigualdades internas.

A experiência de outros lugares ensina que uma missão dessa natureza não pode ser realizada sem uma política deliberada de incentivo à interiorização da indústria e de fortalecimento das economias dos municípios de menor expressão. A atual equipe econômica do governo norte-rio-grandense, para o período 2019-2023, parece ter consciência desse desafio. A questão preocupante é que não foram realizadas ações efetivas no período de “vacas gordas” (2004-2014), quando a oferta de recursos federais era relativamente abundante, e agora o estado enfrenta sérios limites orçamentários e políticos que podem bloquear ou tornar bastante lenta as tentativas de mudança nos rumos seguidos durante os próximos anos.

5 Conjuntura Atual e Perspectivas da Economia do Rio Grande do Norte

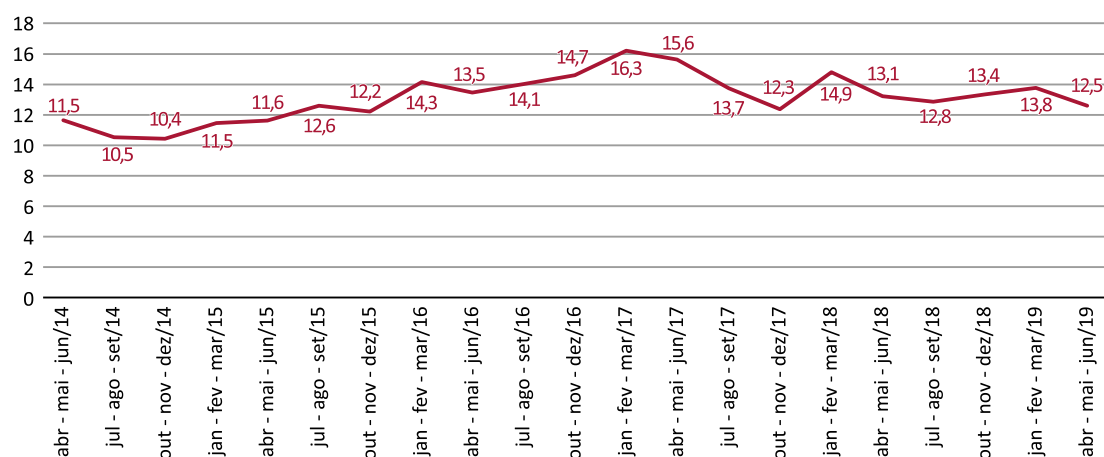
Não obstante a justa preocupação da classe política e de setores organizados da sociedade com o desempenho do PIB, depois de 2014 a economia do RN afundou na recessão e numa fase de baixo dinamismo por fatores internos e externos ao território estadual. Por um lado, contribuiu para essa situação a crise nacional e a decadência dos motores de dinamismo do mercado interno, como a queda dos investimentos federais. Por outro, a desaceleração da economia norte-rio-grandense foi influenciada pelos seus próprios gargalos de infraestrutura, pelo declínio gradativo da produção de petróleo, da construção civil, pelo desemprego, pelo crescente endividamento das famílias e pela inadequação do ambiente de negócios para atrair e reter novos investimentos produtivos capazes de fortalecer as principais cadeias produtivas existentes.

Além dos aspectos mencionados, para alguns especialistas, o limite interno maior foi administrativo, associado a uma característica institucional que parece perseguir muitos gestores públicos potiguares e brasileiros, a qual pode ser sintetizada aqui na expressão: “ação sem plano e plano sem ação”. A professora Maria do Livramento Clementino, da UFRN, por exemplo, percebeu logo no princípio da crise em 2014/2015 que o governo estadual não possuía um plano estruturado de longo prazo capaz de atacar os gargalos que limitavam o crescimento do PIB, o que tendia a diminuir a eficiência alocativa dos recursos escassos disponíveis (CLEMENTINO, 2015). Já setores representativos da indústria norte-rio-grandense reclamavam em meados de 2018 que tinham um audacioso plano de desenvolvimento, o “Mais RN” (FIERN, 2016), o qual pouco ou quase nada havia sido utilizado como instrumento para nortear as ações do setor público direcionadas a enfrentar à grave situação fiscal e financeira do estado (PORTO, 2018).

Nesse sentido, em um contexto de crise nacional e “com ações sem planos e planos sem ações”, a economia potiguar atravessou quatro anos de grandes dificuldades e chega em 2019 com um quadro macroeconômico bastante delicado e muito distante das altas taxas de crescimento do passado mostradas nas seções 2 e 3 deste artigo. Levantamento recente do BNB/ETENE (2019b) indica, contudo, que há alguns sinais positivos no horizonte, como o aumento do consumo anual de energia elétrica no comércio e na indústria, projetando uma modesta recuperação do PIB no período vindouro. Mas o estado ainda acumula muitos efeitos negativos da desaceleração da produção de riqueza que se agravou desde 2014/2015, os quais se somam a outros problemas estruturais na conjuntura atual.

Um desses efeitos negativos é o elevado desemprego e a precarização das condições de trabalho. Conforme mostra o Gráfico 7, elaborado a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Continua), a taxa de desocupação no RN foi de 12,5% no trimestre de abril a junho de 2019, ficando ligeiramente acima da média nacional (11,8%). Note-se que esse indicador, que mede o percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho, apresentou uma acentuada elevação a partir da crise de 2015, atingindo o seu ponto mais elevado em 2017 e no começo de 2018.

Gráfico 7 – Evolução da taxa de desocupação no Rio Grande do Norte, 2014 a 2019 (Em %)



Fonte: PNAD Continua (IBGE, 2019).

Nota: Dados elaborados pela equipe da Unidade Estadual do IBGE no RN.

Outra questão preocupante, não expressa no gráfico anterior, é o grau elevado de subutilização da mão de obra potiguar. De fato, ainda segundo dados da PNAD Contínua (IBGE, 2019), a taxa de subutilização da força de trabalho local em idade de trabalhar (14 anos ou mais), no trimestre de abril a junho de 2019, alcançou 37,3%, superando em mais de 12 pontos percentuais a média do Brasil (24,6%) no mesmo período. Isso significa em números absolutos que, no estado, 675 mil pessoas estavam na condição de subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas (197 mil), desocupadas (191 mil), indisponíveis (90 mil) ou desalentadas (197 mil).

Em consequência da piora gradativa das condições do mercado de trabalho decorrente do declínio da economia estadual desde o final de 2014, e seguindo o rumo de outros estados nordestinos, a pobreza, a miséria e as desigualdades voltaram a crescer (VILLAS BÔAS, 2018). O módulo “rendimento de todas as fontes” da PNAD Continua recém-divulgado mostrou que, em 2018, a população 10% mais rica do RN ganhava 46 vezes mais do que os 10% mais pobres. Essa concentração é a mais alta registrada nos últimos sete anos, uma vez que, no ano de 2012, a diferença de rendimentos entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres era de 32 vezes (IBGE/RN, 2019).

É válido mencionar que a situação só não tomou contornos mais graves no presente devido à capilaridade e dimensão das políticas sociais, que, como foi visto na seção 4, desempenham um papel fundamental principalmente nos pequenos municípios que dependem dessas fontes de renda para sobreviver. Apenas para ilustrar, vale mencionar que 345.276 famílias norte-rio-grandenses receberam o Programa Bolsa Família (PBF) em agosto de 2019. Nelas, estavam albergadas 1.045.673 pessoas, ou seja, 30,0% da população estimada pelo IBGE. Deste universo de beneficiários, 698.544 (66,8%) viviam nas cidades e os demais 347.129 (33,2%) estavam dispersos nas comunidades e assentamentos rurais do estado (BRASIL, 2019b).

Fica patente, então, que o RN vive um momento bastante delicado e complexo do ponto de vista econômico e social. As perspectivas, no entanto, não são animadoras para os próximos anos. Isso porque o estado se encontra mergulhado em uma crise financeira sem precedentes na sua história, com um pesado volume de endividamento e com múltiplas demandas urgentes nas áreas de educação, saúde, segurança e infraestrutura.

Com efeito, iniciando em janeiro de 2019 com um novo governo, a dívida do estado que se encontrava em torno de R\$ 1,6 bilhão, sobe seis meses depois para R\$ 2,4 bilhões, deixando para trás compromissos financeiros do ano anterior sem qualquer cronograma de pagamento. Além dessa dívida, que inclui restos a pagar, fornecedores e três folhas do funcionalismo público em atraso, o governo estadual se encontra com baixa capacidade de investimento, pois está comprometido em assegurar anualmente valores na ordem de R\$ 8,5 bilhões, sendo R\$ 7 bilhões para o pagamento dos servidores e R\$ 1,5 bilhão para repasse de duodécimos ao judiciário e ao legislativo, o que representa 71% do seu orçamento de aproximadamente R\$ 12 bilhões aprovado pela Assembleia Legislativa para o exercício de 2019 (TRIBUNA DO NORTE, 2019c).

O endividamento e os desequilíbrios nas contas públicas limitam o campo de ação do governo potiguar na esfera produtiva, dificultando qualquer perspectiva de projetos estruturantes com recursos próprios no curto e médio prazos. Na verdade, desde o final da gestão passada (2015-2018) que a rubrica investimento do executivo tem se resumido à aplicação dos recursos de um empréstimo de pouco mais de R\$ 1,0 bilhão contraído em 2013 com o Banco Mundial e renovado em 2018/2019, antes chamado “Programa RN Sustentável” e agora “Governo Cidadão” (PORTAL NO AR, 2013; TRIBUNA DO NORTE, 2018). Entretanto, as ações realizadas via esse empréstimo, que termina em 2021, foram pulverizadas em uma multiplicidade de projetos de investimento nos 167 municípios norte-rio-grandenses, que vão da reforma de escolas, hospitais e de centrais do cidadão, ao abastecimento de água em comunidades rurais, oficinas de capacitação e subprojetos de inclusão produtiva, tornando limitada a sua capacidade de reverter o baixo dinamismo da economia local.

Sem meios orçamentários para acelerar o crescimento do PIB e com os recursos do Governo Cidadão “amarrados” por um plano de aplicação pré-definido, entre outras medidas de ajuste, a atual equipe econômica redesenhou o marco regulatório da política de incentivos fiscais estadual na tentativa de atrair e reter investimentos privados, especialmente nos ramos industriais mais geradores de emprego e intensivos em tecnologia. Nesse sentido, o PROADI foi extinto e, no seu lugar, foi lançado o Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial (PROEDI), em 26 de julho de 2019.

De acordo com Freire (2019), pelas regras do PROEDI, vigentes a partir do mês de agosto do ano corrente e válidas até junho de 2032, serão fornecidas renúncias fiscais de 75% a 80% do ICMS para as empresas participantes localizadas em Natal e nos municípios da Grande Natal (Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante e Extremoz). Já as indústrias instaladas em Mossoró que aderirem ao programa serão beneficiadas com renúncias de 80% a 85% e aquelas localizadas nas demais áreas do território estadual poderão obter, a título de incentivo por sua localização no interior, descontos do ICMS entre 85% e 90%.

Dentro do novo marco normativo, também estão previstos benefícios fiscais às empresas que conseguirem manter, no mínimo, 8 mil empregos diretos em qualquer um dos 167 municípios potiguares, independentemente da localização. No caso, esses empreendimentos terão direito a uma renúncia fiscal entre 90% e 95%. A mesma regra vale para as empresas de “segmentos industriais relevantes”, notadamente das áreas de fabricação de veículos automotores, aeronaves, farmoquímicos, metalurgia, locomotivas, motores elétricos, produtos químicos e petroquímicos, equipamentos de informática, materiais de uso médico-hospitalar e odontológico e calçados (FREIRE, 2019).

É pertinente salientar que a extinção do PROADI apresenta muitas justificativas. Não resta dúvida que, durante muito tempo, ele foi o principal fator de atração de investimentos produtivos para o estado. Porém, o programa pouco contribuiu para a diversificação da economia, financiando sempre as mesmas indústrias, nos mesmos locais, alimentando as desigualdades intraestaduais. Basta dizer que, de 2003-2007, a Região Metropolitana de Natal e a microrregião de Mossoró receberam 90,2% dos investimentos apoiados pelos incentivos da referida política pública (MACEDO; ARAÚJO, 2009).

Dessa forma, o redirecionamento das regras que regem a distribuição dos incentivos fiscais, na tentativa de estimular a entrada de empresas de maior patamar tecnológico e desconcentrar geograficamente esses investimentos, é uma medida importante. A expectativa do governo é que o PROEDI possa ampliar a participação da indústria no PIB e amenizar o problema das gritantes desigualdades discutido na seção 4. Entretanto, o esforço realizado foi ameaçado de anulação pelo descontentamento dos prefeitos com as perdas de receitas provocadas pela nova legislação. Aparentemente solucionado o impasse, depois de uma tensa negociação durante os meses de setembro/outubro, o programa está liberado para operar, dotando a economia local de mais capacidade competitiva na acirrada “guerra fiscal” com seus vizinhos nordestinos (TRIBUNA DO NORTE, 2019d; 2019f; 2019g).

Portanto, a economia do RN caminha para encerrar a segunda década do século XXI em um cenário de incertezas. Até mesmo o vertiginoso crescimento das exportações de frutas verificado recentemente, anunciado com euforia pela imprensa e por setores do agronegócio, deve ser encarado com cautela (AQUINO; FREIRE, 2015; TRIBUNA DO NORTE, 2019e). Afinal, dificilmente o “elefante” vai recuperar completamente sua vitalidade apenas com a venda de melões, melancias, sal mineral e outros produtos de baixo valor agregado, por mais favoráveis que estejam às perspectivas do comércio internacional.

Ao que tudo indica um novo capítulo na história econômica potiguar, após a perda de força da locomotiva do petróleo, somente será escrito mediante um amplo conjunto de investimentos públicos e privados em todos os segmentos que formam o PIB estadual, principalmente na agropecuária produtora de alimentos básicos e na de exportação e no setor industrial. Assim, diante da crise financeira enfrentada atualmente e do corte de gastos que o governo precisa realizar para equilibrar suas contas, o futuro da economia do RN nos próximos anos fica condicionado à retomada dos investimentos federais em infraestrutura e em outras dimensões estratégicas do desenvolvimento econômico. Enquanto isso não acontece, resta observar se iniciativas como o PROEDI vão se consolidar e ter sucesso, embora seus efeitos em termos de transformação industrial, assim como os resultados das demais medidas em andamento, ainda sejam de difícil previsão.

Naturalmente, como adverte Araújo (2019), não basta retomar o crescimento da economia para “fazer mais do mesmo”. É preciso reformular o conteúdo das velhas agendas diante de um ambiente mundial e nacional em permanente mudança. Os segmentos agropecuários e industriais devem procurar atualizar os seus padrões tecnológicos para produzir mais e melhor, buscando sempre agregar valor aos seus produtos com o objetivo de valorizar a exploração dos recursos naturais do território. Da mesma forma, em adição as questões sociais e distributivas prioritárias, o ideário da sustentabilidade ambiental deve ser incorporado como uma meta orientadora das ações governamentais voltadas a fomentar os investimentos produtivos nos municípios norte-rio-grandenses.

6 Considerações Finais

O objetivo do presente artigo foi fazer um breve balanço da economia do Rio Grande do Norte (RN) de meados do século XX até o período recente, procurando comparar o seu desempenho com a média do Brasil e da Região Nordeste. Para tanto, foi necessário primeiro recuperar alguns aspectos marcantes da história econômica estadual, mostrando ligeiramente como ocorreu a produção do seu espaço econômico desde a época da colonização pelos europeus.

Depois dessa breve contextualização, o trabalho destaca que a economia potiguar passou por grandes transformações a partir dos anos 1970/80, quando a agropecuária perde relevância na geração de riqueza *vis-à-vis* o aumento da importância dos setores secundário e terciário, com destaque para indústria do petróleo que se torna a espinha dorsal do PIB estadual. Esse conjunto de transformações ganha relevo na década seguinte e o RN termina o século XX crescendo a taxas elevadas superiores às médias nacional e regional, registrando fatores de dinamismo interno endêmicos.

No início dos anos 2000, o estado se beneficia das políticas desenvolvimentistas do governo federal e mantém sua trajetória de expansão do PIB até 2014, mas, em contraste com o período anterior, apresentando taxas próximas ou inferiores aos indicadores do País e do Nordeste. Nesse intervalo de tempo, nota-se, também, uma melhoria substancial nos seus indicadores sociais, com avanços no acesso à educação pública em todos os níveis e reduções significativas nos números da pobreza. A partir de 2015, contudo, encerrada a etapa das “vacas gordas”, a economia norte-rio-grandense entra em uma fase de recessão e de baixo crescimento econômico que se alonga até o presente.

Mas os gargalos da economia do RN não são restritos aos montantes anuais do PIB. Como se procurou demonstrar, uma das anomalias mais graves do padrão de crescimento estadual que permanece no século XXI está associada à gritante desigualdade entre os municípios. Isso porque o grosso da economia do estado está concentrada na Grande Natal e nas localidades que sediam as atividades dinâmicas do petróleo, da fruticultura irrigada e da energia eólica. Enquanto isso, a maioria absoluta dos municípios potiguares (94,0%) sobrevive graças às rendas das políticas sociais, que funcionam como uma espécie de “colchão amortecedor” das contradições apresentadas.

Quanto à atual conjuntura, tomando como referência o ano de 2019, buscou-se demonstrar que o RN se encontra diante da necessidade imperiosa de ajustes complexos, pois o estado caminha para o final da segunda década do século XXI mergulhado numa crise financeira de grande dimensão, desemprego, subocupação da força de trabalho e volta da pobreza e da miséria.

Percebe-se, pela própria característica do quadro retratado ao longo do texto, que toda a energia e esforços do novo governo (2019-2023) têm sido no sentido do ajuste fiscal visando ao equilíbrio das contas públicas em um contexto de grave endividamento, o que limita as perspectivas de investimento no curto e médio prazos. Apesar disso, tem-se tentado implementar medidas para o crescimento, a exemplo da criação do PROEDI para estimular a indústria e desconcentrar espacialmente as atividades econômicas para o interior.

Tais medidas são importantes, porém, não são suficientes para neutralizar os efeitos danosos do desaquecimento da economia que vem desde 2015, haja vista que a situação de precariedade analisada possui fortes traços estruturais particulares, assentados numa plataforma industrial significativamente frágil e ainda sem rumo definido após o declínio da produção de petróleo. Ademais, o estado ainda possui uma infraestrutura logística extremamente inadequada para alavancar a retomada dos investimentos produtivos necessários para gerar emprego e renda para a população.

Nesse contexto, o destino do RN e de sua economia no restante do século XXI será marcado por desafios e incertezas. Mesmo assim, o território potiguar apresenta muitas potencialidades naturais e vantagens locais para retomar os bons tempos e ampliar sua pequena participação na economia brasileira e nordestina. O que falta são políticas estruturantes de longo prazo capazes de disparar novamente os fatores de dinamismo do processo de crescimento do PIB estadual, em paralelo com a melhoria dos aspectos distributivos em favor dos municípios do Semiárido e da sustentabilidade ambiental. Sem isso, o “elefante” continuará sua caminhada nos próximos anos na beira do abismo e com seu peso concentrado no lado leste da fronteira com o Oceano Atlântico.

A avaliação dos desfechos dessa jornada, por seu turno, exigirá das universidades públicas e dos órgãos técnicos especializados, a exemplo do ETENE/BNB, a realização de pesquisas e estudos multidimensionais capazes de monitorar a evolução dos indicadores apresentados aqui. Os resultados obtidos por meio das análises com esse enfoque, para além do caráter puramente acadêmico, poderão ajudar na prospecção de cenários alternativos, assim como subsidiar os governos no planejamento racional de estratégias objetivando recolocar o estado nos rumos do crescimento sustentável, com inclusão social e redução de suas desigualdades internas.

7 Referências

- ALVES, V. E. L.; AQUINO, J. R.; SILVA FILHO, R. I. A modernização da fruticultura irrigada e seus impactos socioeconômicos e ambientais no Vale do Açu/RN. *In*: DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIA, M. (Orgs.). **O meio geográfico atual do Rio Grande do Norte: novas materialidades, novas dinâmicas**. Natal: Sebo Vermelho, 2018. p. 263-311.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Anuário estatístico brasileiro do petróleo e do gás natural - 2007**. Rio de Janeiro: ANP, 2007.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Anuário estatístico brasileiro do petróleo e do gás natural - 2011**. Rio de Janeiro: ANP, 2011.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Anuário estatístico brasileiro do petróleo e do gás natural - 2019**. Rio de Janeiro: ANP, 2019. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/publicacoes/anuario-estatistico/5237-anuario-estatistico-2019>. Acesso em: 10 set. 2019.
- ANDRADE, M. C. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. Natal: Ed. UFRN, 1981.
- AQUINO, J. R. O PIB e as desigualdades econômicas no RN. **Jornal O Mossoroense**. Mossoró/RN, 13/07/2016, p. 2. Disponível em: <http://www.omossoroense.com.br/joacir-rufino-de-aquino-o-pib-e-as-desigualdades-economicas-no-rn/>. Acesso: 14 jul. 2016.
- AQUINO, J. R.; FREIRE, J. A. Exportações e importações do Rio Grande do Norte: o retrato de uma economia subdesenvolvida. **Jornal O Mossoroense**. Mossoró/RN, 13/11/2015, p. 5.
- AQUINO, J. R.; FREIRE, J. A.; CARVALHO, A. C. A. T. Importância, heterogeneidade e pobreza da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Norte. **Revista Geotemas**. Pau dos Ferros/RN, v. 7, n. 2, p. 66-92, jul./dez. 2017.
- ARAÚJO, D. S. **Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte:1940-2006**. Recife: FJN/Ed. Massangana, 2010.
- ARAÚJO, T. B. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. *In*: GUIMARÃES, P. F. et al. (Orgs.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 540-560.
- ARAÚJO, T. B. **Impactos da crise no Nordeste**: desafios para a superação das desigualdades. Natal: CCSA/UFRN, 2017. (Apresentação PowerPoint - Projeto Diálogos/ADURN).
- ARAÚJO, T. B. **Nordeste**: tendências recentes e perspectivas. Natal: FIERN, 2019. (Apresentação PowerPoint).
- AZEVEDO, F. F. Reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte. **Mercator**. Fortaleza/CE, v. 12, n. especial 2, p. 113-132, set. 2013.
- BNB/ETENE. **Rio Grande do Norte**: perfil socioeconômico. Fortaleza: BNB, ano I, n. 2, p. 1-54, fev. 2019a.
- BNB/ETENE. **Conjuntura estadual**: Rio Grande do Norte. Fortaleza: BNB, ano III, n. 1, p. 1-13, jul. 2019b.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. **Relatórios de informações sociais**: Relatório de programas e ações do Ministério da Cidadania: Rio Grande do Norte. Brasília: SAGI, 2019a. 9p. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. Acesso em: 19 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Tabulador do Cadastro Único**: com marcação PBF: agosto 2019. Brasília: SAGI, 2019b. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php. Acesso em: 6 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Nova delimitação do Semiárido**. Brasília: SUDENE, 2018. Disponível em: http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiariado/arquivos/Rela%C3%A7%C3%A3o_de_Munic%C3%ADpios_Semi%C3%A1rido.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

CARVALHO, C. P. O. O novo padrão de crescimento no Nordeste semiárido. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza/CE, v.45, n. 3. p. 160-184, jul./set. 2014.

CLEMENTINO, M. L. M. **Economia e urbanização**: o Rio Grande do Norte nos anos 70. Natal: UFRN: CCHLA, 1995.

CLEMENTINO, M. L. M. Planejamento é o remédio para tirar o RN do atraso. **Tribuna do Norte**. Natal, 01/01/2015. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/planejamento-a-o-remedio-para-tirar-o-rn-do-atraso/302097>. Acesso em: 1 jan. 2015.

CONTAG/DIEESE. **Reforma da Previdência 2019**: Impactos da Reforma da Previdência nos estados e municípios. Brasília: CONTAG, 2019. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=621&dc=1&nw=1>. Acesso em: 13 jul. 2019.

FARIA, R. PIB no RN é Produto Interno Baixo. **Tribuna do Norte**. Natal, 13/01/2013. p. 2. (Opinião).

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (FIERN). **Mais RN**: plano estratégico de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte 2016-2035. Natal: FIERN, 2016.

FELIPE, J. L. A. O local e o global no Rio Grande do Norte. In: VALENÇA, M. M.; GOMES, R. C. C. (Orgs.). **Globalização e desigualdade**. Natal: A. S. Editores, 2002. p. 226-240.

FELIPE, J. L. A.; ROCHA, A. P. B.; CARVALHO, E. A. **Economia do Rio Grande do Norte**: estudo geográfico e econômico. 2. ed. João Pessoa/PB: Grafset, 2009.

FREIRE, J. A. **Na última década o RN cresceu menos que o Brasil e o Nordeste**. Natal, 2011. Disponível em: <http://economia-do-rn.blogspot.com/2011/11/na-ultima-decada-o-rn-cresceu-menos-que.html>. Acesso em: 26 nov. 2011.

FREIRE, J. A. **A economia do RN em perspectiva**. Natal: IBGE, 2013. 44p. (Apresentação PowerPoint).

FREIRE, J. A. **Desafios para o Rio Grande do Norte no próximo quadriênio**. Natal: DEPEC-UFRN/PPECO/CORECON-RN, 2019. 25p. (Apresentação PowerPoint). Disponível em: <https://www.facebook.com/ccsaufnrn/videos/3479759322049661/UzpfSTEwMDAwMTE5NzgwMzYxODoyMzlyNDY1Njk3ODAzMzM0/>. Acesso em: 22 ago. 2019.

GOMES, L. H. No Rio Grande do Norte, pequenas cidades estão à beira da falência. **Tribuna do Norte**. Natal, 15/09/2019. Disponível em: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/no-rio-grande-do-norte-pequenas-cidades-esta-o-a-beira-da-falencia/459573?utm_campaign=noticia&utm_source=rel. Acesso em: 16 set. 2019.

GOMES, R. C. C. Modernização e diversidade econômica no Rio Grande do Norte. In: DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIA, M. (Orgs.). **O meio geográfico atual do Rio Grande do Norte**: novas materialidades, novas dinâmicas. Natal: Sebo Vermelho, 2018. p. 11-46.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos municípios**: 2002-2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>. Acesso em: 10 fev. 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=resultados>. Acesso em: 10 set. 2019.

IBGE/RN. **PNAD Contínua 2018**: desigualdade entre ricos e pobres é recorde. Natal: IBGE, 16/10/2019. 2p. (Informativo para a mídia).

IBGE/SIDRA. **Estimativas de população 2019**: população residente estimada. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas>. Acesso em: 8 set. 2019.

JANNUZZI, P. et al. (Orgs.). **Brasil Sem Miséria**: resultados, institucionalidades e desafios. Brasília: SAGI/MDS, 2016. (Caderno de Estudos DSD, Nº 25).

MACEDO, F. C.; ARAÚJO, D. S. Avaliação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte PROADI: 2003/2007. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza/CE, v. 40, n. 2, p. 345-359, abr./jun. 2009.

NUNES, E. M. **Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no Nordeste**: as dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura familiar no Polo Assú-Mossoró, RN. 2009. 351f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) – UFRGS, Porto Alegre/RS, 2009.

PNUD; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**: Rio Grande do Norte. [S.l.], 2017. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 10 jul. 2018.

PORTAL NO AR. **Senado aprova empréstimo para o RN de R\$ 1 bilhão junto ao Banco Mundial**. [S.l.], 10/07/2013. Disponível em: <https://portalnoar.com.br/senado-federal-aprova-emprestimo-de-r-1-bilhao-do-rn-ao-banco-mundial/>. Acesso em: 10 set. 2019.

PORTO, C. O estado entrou em situação de colapso financeiro e operacional. **Tribuna do Norte**. Natal, 25/03/2018, p. 5. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/o-estado-entrou-em-situacao-a-o-de-colapso-financeiro-e-operacional-afirma-economista/408489>. Acesso em: 25 mar. 2018.

RODRIGUES NETO, J. A atividade petrolífera como fator de transformações da economia e da estrutura produtiva do Rio Grande do Norte. **Cadernos do Desenvolvimento**. [S.l.], v. 5 (7), p. 252-276, out. 2010.

SOUZA, E. M.; AQUINO, J. R. A Grande Seca e seus efeitos na produção agropecuária do Rio Grande do Norte: 2012-2016. **Revista GeoNordeste**. São Cristóvão/SE, ano XXIX, n. 2, p. 174-195, jul./dez. 2018.

TRIBUNA DO NORTE. **Banco oficializa extensão de empréstimo**. Natal, 01/12/2018. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/banco-oficializa-extensao-de-empréstimo/431791>. Acesso em: 10 set. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **Petrobras vende 34 campos no RN por R\$ 1,5 bilhão**. Natal, 26/04/2019a. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/petrobras-vende-34-campos-no-rn-por-r-1-5-bilha-o/446284>. Acesso em: 26 abr. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **Petrobras amplia demissões e reduz produção no estado**. Natal, 23/08/2019b. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/petrobras-amplia-demissao-es-e-reduz-producao-no-estado/457627>. Acesso em: 25 ago. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **Governo do RN encerrará 2019 com dívida nova de R\$ 500 milhões**. Natal, 01/09/2019c. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/governo-do-rn-encerrara-2019-com-da-vida-nova-de-r-500-milha-es/458455>. Acesso em: 1 set. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **Deputados propõem decreto legislativo para derrubar o PROEDI e pedem votação em regime de urgência**. Natal, 01/10/2019d. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/deputados-propoe-em-decreto-legislativo-para-derrubar-proedi-e-pedem-votacao-a-o-em-regime-de-urgencia/460903>. Acesso em: 11 out. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **Volume de exportações do RN cresce 20,9% este ano**. Natal, 11/10/2019e. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/volume-de-exportacao-a-es-do-rn-cresce-20-9-este-ano/461695>. Acesso em: 11 out. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **Grupo de prefeitos decide ir à justiça contra o PROEDI.** Natal, 25/10/2019f. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/grupo-de-prefeitos-decide-ir-a-justia-a-contra-o-proedi/463008>. Acesso em: 25 out. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **TJ extingue ação contra PROEDI e AL retira decreto de pauta.** Natal, 30/10/2019g. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/tj-extingue-aa-a-o-contra-proedi-e-al-retira-decreto-de-pauta/463431>. Acesso em: 30 out. 2019.

VALÊNCIO, N. F. **Grandes projetos hídricos no Nordeste:** suas implicações para a agricultura do semi-árido. Natal: Ed. Universitária UFRN, 1995.

VILLAS BÔAS, B. Extrema pobreza avança e é recorde em 9 estados. **Valor Econômico.** São Paulo, 9/10/2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/node/5912587>. Acesso em: 15 nov. 2018.